



FÓRUM BRASILEIRO DE
SEGURANÇA PÚBLICA

SUMÁRIO **EXECUTIVO**

**Armas de fogo e
homicídios no Brasil**



FICHA TÉCNICA E INSTITUCIONAL FBSP

EXPEDIENTE

Conselho de Administração

Marlene Inês Spaniol – Presidente

Conselheiros

Elizabeth Leeds – *Presidente de Honra*

Cássio Thyone A. de Rosa

Cristiane do Socorro Loureiro Lima

Daniel Ricardo de Castro Cerqueira

Denice Santiago (licenciada)

Edson Marcos Leal Soares Ramos

Elisandro Lotin de Souza (licenciado)

Isabel Figueiredo

Jésus Trindade Barreto Jr.

Marlene Inês Spaniol

Paula Ferreira Poncioni

Thandara Santos

Conselho Fiscal

Lívio José Lima e Rocha

Marcio Júlio da Silva Mattos

Patrícia Nogueira Proglhof

EQUIPE FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Diretor Presidente

Renato Sérgio de Lima

Diretora Executiva

Samira Bueno

Coordenação de Projetos

David Marques

Coordenação Institucional

Juliana Martins

Supervisão do Núcleo de Dados

Isabela Sobral

Equipe Técnica

Betina Warmling Barros

Dennis Pacheco

Amanda Lagreca Cardoso

Talita Nascimento

Beatriz Teixeira (estagiária)

Thaís Carvalho (estagiária)

Supervisão Administrativa e Financeira

Débora Lopes

Equipe Administrativa

Elaine Rosa

Sueli Bueno

Antônia de Araújo



FICHA TÉCNICA

Pesquisa e redação

Daniel Cerqueira

Gabriel Lins

Túlio Kahn

Samira Bueno

Assessoria de Comunicação

Analítica Comunicação Corporativa

analitica@analitica.inf.br

(11) 2579-5520

Projeto gráfico e diagramação

Oficina22 Estúdio Design Gráfico e Digital

contato@oficina22.com.br

Licença Creative Commons

É permitido copiar, distribuir, exibir e executar a obra, e criar obras derivadas sob as seguintes condições: dar crédito ao autor original, da forma especificada pelo autor ou licenciante; não utilizar essa obra com finalidades comerciais; para alteração, transformação ou criação de outra obra com base nessa, a distribuição desta nova obra deverá estar sob uma licença idêntica a essa.



Armas de fogo e homicídios no Brasil

Estudo investigou se a redução da letalidade violenta no país seria consequência da mudança na legislação armamentista que a atual gestão do Governo Federal passou a implementar a partir de 2019, que conta com mais de 40 atos normativos e decretos publicados para fragilizar os mecanismos estabelecidos pela lei 10.826/03. Ao contrário do senso comum, estimamos que se não houvesse o aumento de armas de fogo em circulação a partir de 2019, 6.379 vidas teriam sido poupadas neste período.

CONTEXTO

- ▶ A taxa de mortes violentas intencionais (MVI)¹ no Brasil atingiu o recorde histórico em 2017, quando 64.078 pessoas foram assassinadas, e a taxa chegou a 30,9 por 100 mil habitantes. A partir de 2018 iniciou-se uma tendência de queda nas mortes, que continuaram a cair em 2019, cresceram em 2020 e mostraram novo recuo em 2021. Em 2021, último ano da série histórica com dados disponíveis, a taxa de MVI foi de 22,3 por 100 mil habitantes. Embora a redução dos níveis de violência letal seja motivo de comemoração, o país ainda convive com um cenário de violência extrema, assumindo o oitavo lugar entre as nações mais violentas do mundo segundo ranking do UNODC que analisou dados de 102 países em 2020 (FBSP, 2022).
- ▶ Diante da redução da violência letal observada desde 2018, e cientes da gravidade do cenário de violência com que o país ainda convive, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública produziu esta nota técnica como forma de contribuir para produção de conhecimento, identificando e documentando fatores e causas que podem ter contribuído para a redução dos homicídios e outras formas de violência letal no Brasil desde 2018
- ▶ O objetivo principal deste estudo foi investigar se a redução da letalidade violenta seria consequência da mudança na legislação armamentista que a atual gestão do Governo Federal passou a implementar a partir de 2019. Com mais de 40 atos normativos e decretos publicados para fragilizar os mecanismos estabelecidos pela lei 10.826/03, as mudanças promovidas implicaram na facilitação dos requisitos para aquisição de licenças, especialmente de colecionadores, atiradores e caçadores (CACs), ampliação do limite de armas para todas as categorias, aumento da quantidade de recargas de cartucho de calibre restrito que podem ser adquiridos por atiradores desportistas anualmente, dentre outras. Estas ações resultaram no crescimento de 476,6% nos registros ativos de caçadores, atiradores e colecionares entre 2018 e 2022, e em ao menos 4,4 milhões de armas em estoques particulares, conforme dados recentes divulgados no Anuário do FBSP.
- ▶ Como a redução da violência letal ocorre há mais de uma década em diferentes estados, desenvolvemos uma análise descritiva do fenômeno na última década, considerando como hipóteses explicativas dessa evolução três fatores, sendo eles:

- 1) Forte mudança do regime demográfico rumo ao envelhecimento da população: diferentes estudos apresentaram evidências do importante papel da demografia nas variações da letalidade violenta. Na edição mais

¹ A categoria Mortes Violentas Intencionais (MVI) contempla as vítimas de homicídio doloso, latrocínio, lesão corporal seguida de morte, feminicídio e mortes por intervenções policiais.



recente do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, os autores, a partir da utilização da técnica de “shift-share”, demonstraram que entre 2004 e 2020 a mudança demográfica contribuiu em 23% para redução da taxa de homicídios, com variações significativas entre as regiões (FBSP, 2022). No mesmo sentido, Cerqueira e Moura (2014) demonstraram que a cada 1% da diminuição na proporção de homens jovens entre 15 e 29 anos na população, há uma redução de 2% na taxa de homicídio.

- 2) Políticas efetivas de segurança pública: Nas últimas três décadas houve acúmulo substancial de experimentos de políticas de segurança pública², que lograram êxito no sentido de fazer diminuir os índices criminais, em vários países e cidades. A partir dos anos 2000 alguns estados e municípios brasileiros passaram a assimilar a experiência estrangeira e introduzir políticas e ações inovadoras como a construção do Infocrim (1999), em São Paulo; o Programa “Ficar Vivo” (2002) e o Igesp (2008), em Minas Gerais; o Pacto pela Vida (2007), de Pernambuco; o “Paraíba Unida pela Paz” (2011); o “Estado Presente” (2011), no Espírito Santo; sem contar as ações e planos de segurança pública no plano municipal em várias cidades no Sul do país, no interior de São Paulo e em outros estados.
- 3) Dinâmica pelo controle do narcotráfico: Entre 2016 e 2017 o país assistiu a uma guerra envolvendo as duas maiores facções criminais – o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV) – e seus aliados regionais, o que culminou no crescimento abrupto da taxa de letalidade violenta. Conforme analisado no Atlas da Violência 2019, possivelmente o forte crescimento da letalidade nas regiões Norte e Nordeste, tenha a ver com a eclosão dessa guerra, sobretudo após o assassinato do traficante Jorge Rifaat pelo PCC, em 15 de julho de 2016, na cidade de Pedro Juan Caballero, fronteira com Ponta Porã (MS). Contudo, ante a inviabilidade econômica dos conflitos com maior intensidade, em uma guerra longa e incerta entre esses grupos criminosos, houve um armistício a partir de 2018. Com efeito, é interessante notar que as maiores quedas na letalidade, a partir de 2018, ocorreram principalmente em estados como AC, RR, PA, CE, PE e RN, justamente os territórios onde se concentraram os principais embates da guerra do narcotráfico ocorrida anos antes.

O QUE DIZEM AS PESQUISAS SOBRE DIFUSÃO DE ARMAS DE FOGO E HOMICÍDIOS

- ▶ As pesquisas mostram que a difusão de armas de fogo não apenas representa um fator de risco para toda a sociedade, mas conspira contra a segurança dos próprios lares dos indivíduos que possuem tais artefatos, ao contrário do que pensa o senso comum. Resultados qualitativamente idênticos foram encontrados em três teses de doutorado em economia na EPGE-FGV, PUC-Rio e ESALQ-USPT, que utilizaram metodologias diferentes. Enquanto Hartung (2009) e Justus (2012) encontraram que o crescimento no estoque de armas em circulação tem um efeito para aumentar a taxa de homicídio, Cerqueira (2014) concluiu que a cada 1% no aumento da difusão de armas, há impacto de 2% na taxa de homicídio. O mesmo autor não encontrou nenhuma evidência do uso defensivo das armas de fogo para a diminuição de crimes contra o patrimônio.
- ▶ Hartung (2009) estimou que o Estatuto do Desarmamento “deve ter causado uma queda de 9% a 12%, neste mesmo período”. Cerqueira e De Mello (2013) encontraram um efeito de 12%. Já Schneider (2019), que utilizou o método de desenho de regressão com descontinuidade, estimou que os homicídios perpetrados com armas de

2 Ver o ATLAS DA VIOLÊNCIA 2018 – POLÍTICAS PÚBLICAS E RETRATOS DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS, disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180614_atlas_2018_retratos_dos_municipios.pdf



fogo diminuíram 12,2%, devido ao Estatuto do Desarmamento, com a redução especialmente pronunciada em áreas de alta criminalidade e entre homens negros.

ANÁLISE: BUSCANDO A CAUSALIDADE ENTRE ARMAS E CRIMES

- ▶ Analisamos a relação entre a difusão de armas de fogo no Brasil e várias tipologias criminais letais contra a pessoa e crimes contra o patrimônio, no período compreendido entre 2008 e 2021, utilizando o método de regressão com dados em painel e uso de variáveis instrumentais. Como medida da difusão de armas de fogo, utilizamos como proxy³ a proporção de suicídios com o uso de arma de fogo, que é internacionalmente validada como a melhor medida indireta para a difusão de armas de fogo.
- ▶ Dentre as tipologias criminais, analisamos as taxas de homicídio e taxas de homicídio com o uso de armas de fogo, ambos indicadores produzidos com base nos dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade, do Ministério da Saúde. Adicionalmente, analisamos a taxa de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI), produzido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, a partir de dados de registros policiais. Ainda a partir dessa fonte de dados analisamos dois tipos de crime contra o patrimônio, sendo eles a taxa de latrocínio e a taxa de roubos/furtos (somatório de furto de veículo, roubo de veículo e roubo de carga).

RESULTADOS

- ▶ Os resultados robustos e estatisticamente significantes indicaram que a cada 1% a mais na difusão de armas há aumento de 1,1% na taxa de homicídio. Essa relação diretamente proporcional entre armas e homicídios significa dizer que se não tivesse havido a atuação de outros fatores no sentido de diminuir a letalidade – como o armistício na guerra das facções e o envelhecimento populacional, por exemplo – a taxa de mortes teria aumentado. Como essa maré fortemente a favor da diminuição do crime violento letal ocorreu, o aumento da difusão das armas terminou por impedir, ou frear uma queda ainda maior das mortes.
- ▶ No caso dos latrocínios os efeitos resultaram também diretamente proporcionais e marginalmente mais fortes: a cada 1% no aumento das armas de fogo, a taxa de latrocínio aumenta cerca de 1,2%.
- ▶ Por fim, não encontramos relação estatisticamente significativa entre a disponibilidade de armas e outros crimes contra a propriedade, o que evidencia a falácia do argumento armamentista, sobre o qual a difusão de armas faz diminuir o crime contra a propriedade
- ▶ A fim de dar uma ideia ao leitor do quanto a legislação armamentista pós 2019 pode ter custado em termos de vidas humanas perdidas devido a homicídios, utilizamos a definição de elasticidade entre a taxa de homicídio e armas de fogo. Para efetuar esse cálculo aproximado, adotamos a nossa estimativa de elasticidade de 1,1, apontada acima. Outros elementos considerados foram a taxa de homicídio, o estoque de armas de fogo em 2018, além do volume de novas armas em circulação a partir de 2019.

3 Para um texto interessante sobre o uso de proxy, ver: <https://espacodemocratico.org.br/artigos/quem-nao-tem-cao-caca-com-proxy/>



- ▶ Com base nesse cálculo aproximado, **estimamos que se não houvesse o aumento de armas de fogo em circulação a partir de 2019, 6.379 vidas teriam sido poupadas neste período.** Esse número equivale a todos os homicídios na Região Norte do País em 2021, ou a mais do que todos os homicídios nos estados da Região Sul nesse ano.
- ▶ Esses resultados refutam o argumento de que mais armas de fogo teriam contribuído para redução dos homicídios no Brasil. Ao contrário, a ampliação da quantidade de armas impediu uma queda ainda maior da letalidade violenta, o que lastreia a necessidade urgente de uma revisão geral na legislação armamentista no próximo governo, com a revogação total de todos os dispositivos infra legais sancionados a partir de 2019. Adicionalmente, a revisão legal deveria aprofundar o espírito contido no Estatuto do Desarmamento, com ajustes para aprimorar o controle responsável de arma de fogo e munição no Brasil e a vedação total de registros de colecionadores de armas de fogo, entre outros elementos.

SUMÁRIO EXECUTIVO

Armas de fogo e
homicídios no Brasil



FÓRUM BRASILEIRO DE
SEGURANÇA PÚBLICA

www.forumseguranca.org.br